

## O “INIMIGO INTERNO” E A REPRESSÃO AOS “SUBVERSIVOS” NAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE ENSINO DE PELOTAS (1964).

NATHALIA LIMA ESTEVAM<sup>1</sup>; ALESSANDRA GASPAROTTO<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [nathaliaestevam@hotmail.com](mailto:nathaliaestevam@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – [sanagasparotto@gmail.com](mailto:sanagasparotto@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A partir de 1964 inicia-se em países da América Latina uma avalanche de golpes civis-militares, autoritários e liberais. A começar pelo Brasil, as ditaduras inspiradas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) ocuparam grande parte do Cone Sul ao longo da segunda metade do século XX, deixando rastros de medo e insegurança nos quadros sociais e políticos de cada país. Sob o contexto de disputa por hegemonia gerada após o fim da Segunda Guerra Mundial, os golpes, geralmente atrelados às classes militares e empresariais, tiveram como uma de suas características principais a repressão social e política. Nessa perspectiva, o presente trabalho visa analisar a mobilização da figura do “inimigo interno” em dois documentos presentes no Sistema Nacional de Informações (SNI)<sup>1</sup>, o relatório da Comissão Especial de Investigação Sumária da Universidade do Rio Grande do Sul (CEIS-URGS) e o Inquérito Policial-Militar (IPM) *Subversão no município de Pelotas*. Para a melhor compreensão sobre a DSN e o conceito de “inimigo interno” é necessário em um primeiro momento contextualizá-los.

A partir da efetivação dos golpes de Estado atrelados a DSN, a doutrina passou a ser incorporada como fundamento teórico da proteção das sociedades nacionais. Antidemocráticos, os golpes instalados precisaram camuflar o autoritarismo de seus governos. Desse modo, desenvolveram ditaduras justificadas por uma “guerra interna” e a permanência de um inimigo também interno (Padrós, 2007). A DSN, atrelada a Guerra Contra Insurgente, de inspiração francesa, foi responsável por uma mudança na lógica militar, que incluiu ao imaginário militar uma figura difusa e mutável, o “inimigo interno”, que poderia ser qualquer sujeito que se colocasse em oposição ao regime.

Nessas ditaduras a repressão esteve focada nas ações, indivíduos ou projetos tidos como subversivos. Desse modo, as atividades dos movimentos sociais, como a luta pela terra e pela diminuição das desigualdades, entre outras reivindicações foram prontamente interpretadas como risco à segurança nacional. Dessa forma, muitos dos opositores dos golpes, que exerciam crítica às formas como o capitalismo operava, foram considerados inimigos do Estado (Alves, 1985). De acordo com Padrós (2024), nessas ditaduras, a DSN:

flexibilizou a figura do “inimigo interno” e transformou numerosos setores da população em potenciais inimigos, aumentando o desconcerto, perturbando as situações mais cotidianas, alterando pautas de conduta social e naturalizando formas de controle disseminadas tanto na dimensão pública (espaços escolares,

---

<sup>1</sup> Documentos acessados através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponíveis em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp)

profissionais e lazer), quanto no âmbito privado da cidadania. (Padrós, 2024, p.7)<sup>2</sup>.

A repressão de pautas sociais e da livre expressão, associadas à paralisação dos movimentos de oposição política geraram uma “cultura do medo”, que conteve ações de solidariedade aos indivíduos perseguidos. Nesse contexto, o medo também contribuiu para a participação de civis na manutenção dos golpes ao difundir uma ideia ambígua do opositor/inimigo destas ditaduras.

## 2. METODOLOGIA

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, e atualmente está em processo de coleta de dados. Para além dos documentos centralmente analisados, o relatório da CEIS-URGS e o IPM *Subversão no Município de Pelotas*, a pesquisa ainda conta com a análise do *clipping* e as entrevistas<sup>3</sup> presentes no Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner (NDH-UFPel), os relatórios das comissões da verdade nacional, camponesa e estadual, e averigua as notícias vinculadas a instituição no jornal *Diário Popular*. Para este trabalho a pesquisa compreende o ano de 1964 e visa a análise dos documentos supracitados. Ademais, a realização deste trabalho ocorre através da leitura e discussão de bibliografias pertinentes ao tema.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Já em 1964 as principais instituições públicas de ensino superior da cidade de Pelotas foram afetadas pela Operação Limpeza. Com dois *campi* na cidade, a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS)<sup>4</sup> criou uma Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) para averiguar e julgar as ações de “subversivos” na instituição. Esta comissão foi gerida pelo General Jorge Cesar Garrastazu Teixeira e dividida em subcomissões para estar presente em todas as unidades de ensino. Em Pelotas, as Faculdades de Direito e Odontologia faziam parte da instituição, dessa forma fizeram parte da subcomissão “b”, dirigida por Gastão Pureza Duarte, diretor da Faculdade de Odontologia.

No fim de abril do mesmo ano foi instaurado um IPM contendo acusações sobre políticos, membros de associações progressistas, além de estudantes, técnicos e professores da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRGS). Nesse mesmo período, o campus da Escola de Agronomia Eliseu Maciel (EAEM), e o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul (IPEAS), próximos da instituição, foram invadidos por militares, que levaram docentes, discentes e técnicos presos para averiguação. De acordo com Ari Costa, morador do campus na época, o antigo diretor do IPEAS e professor da UFRRGS, Paulo Tolossam foi preso na mesma ocasião, assim foi posto como

---

<sup>2</sup> Originalmente em: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (Org.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014. p. 13-36.

<sup>3</sup> As entrevistas foram concedidas à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Beatriz Loner, e estão presentes no NDH, localizado no Instituto de Ciências Humanas da UFPel.

<sup>4</sup> Atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

interventor na direção do IPEAS, o coronel Bento Penha Fernandes, que ficou em exercício cerca de 4 meses<sup>5</sup>.

Amparado pela lei 1802 de 1953, que define os crimes contra o estado e a ordem política e social, o IPM instaurado depois da invasão relatou as investigações sobre os professores da UFRGS a partir de 3 principais artigos, 10, 11 e 24, que referem-se ao auxílio ou filiação a entidades clandestinas, a propaganda de “processos violentos para a subversão” e ao mantimento ou constituição de organizações, milícia, partidos ou associações com a finalidade de combativa, respectivamente (Brasil, 1953)<sup>6</sup>.

Para este trabalho avaliamos as menções dos professores Arlindo Torres e Carlos Peixoto para analisar a mobilização da figura desse “inimigo interno”. Arlindo Torres, funcionário da URGS e do IPEAS, e Carlos Rodrigues Peixoto, então diretor da Escola de Agronomia Eliseu Maciel (EAEM) foram enquadrados no artigo 10º da lei supracitada. De acordo com o inquérito, junto a Darcy Carret<sup>7</sup>, Arlindo Torres organizou reuniões na Central Futebol Clube e em sua residência com políticos reconhecidamente comunistas<sup>8</sup> como Edilberto Madruga, indicado no IPM como organizador dos Grupos dos Onze na vila Capão do Leão. No caso do diretor da EAEM, Carlos Peixoto, a principal acusação é a de permitir a divulgação de material da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Diretório Acadêmico e no hall do prédio.

Além destes professores, o antigo diretor do IPEAS, Paulo Tolossam também foi investigado pelo IPM. De acordo com o documento o servidor seria dos principais líderes da “subversão” instaurada nas instituições por integrar o PTB, mas também por reunir seus funcionários petebistas em reuniões particulares (p.3)<sup>9</sup>. A partir das informações contidas no IPM, é possível inferir que antes mesmo do golpe havia vigilância sobre alguns indivíduos por parte do corpo civil, que com a instalação do golpe auxiliou os militares. E embora na resolução do documento nenhuma das acusações tenha sido levada à justiça é relevante ressaltar que figuras comuns, que exerciam e permitiam o exercício da livre expressão foram logo visados pela ditadura enquanto criminosos.

Em outra direção, na comissão formada na URGS as investigações foram baseadas no sétimo artigo do AI-1, que definiu a desestabilização dos cargos públicos desde que os servidores “tenham tentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública” (Brasil, 1964)<sup>10</sup>. Entretanto, no relatório apresentado pela comissão a transgressão toma outras nuances, incorporando quase que exclusivamente o componente ideológico. Para compreensão sobre a mobilização do conceito de “inimigo interno” nesse

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida a Maria Amélia G. da Silva, em 1992, sem título. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPEL.

<sup>6</sup> Fonte: Portal da Câmara dos deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>.

<sup>7</sup> Funcionário do Instituto de Pesquisa e Experimentação Agronômica do Sul, atual Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Carret é descrito em seu resumo no IPM como “doente pelo PTB”, o que não deve ser totalmente considerado, mas entendido como um apontamento de suas vinculações ideológicas. Ao menos para a ótica militar.

<sup>8</sup> Fonte: Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.87014573. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

<sup>9</sup> Fonte: Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.87014573. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>

<sup>10</sup> Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm) Acesso em: 20/02/2024.

documento, avaliamos as fichas de Ápio Antunes e Hugolino Uflacker, professores expurgados da Faculdade de Direito (FD) em Pelotas.

A ficha de Ápio Antunes é composta por nove acusações, sendo todas de cunho ideológico. A ligação do professor ao movimento comunista, assim como o contato com Luiz Carlos Prestes e João Goulart são elencadas como fator de acusação. O documento ainda cita seu apoio aos estudantes que tentaram inaugurar um retrato de Fidel Castro na FD, e sua militância política como fator de acusação. À medida em que as acusações são mobilizadas é possível perceber também o novo perfil ideológico que se forma na instituição<sup>11</sup>.

De maneira mais incipiente, a ficha de Hugolino Uflacker cita cinco acusações relacionadas ao professor<sup>12</sup>. Entre elas, sua frequência em “rodas comunistas” e sua oposição ao governo parlamentarista em 1961. Na tentativa de imprimir uma espécie de “atestado ideológico” sobre Uflacker, o relatório da Comissão ainda aponta sua participação na Campanha da Legalidade<sup>13</sup> e o contato com Leonel Brizola entre outros indivíduos “subversivos”. A partir dos elementos presentes nas duas fichas é possível inferir que estes indivíduos, que ousaram outrora fazer críticas ao governo, foram silenciados para o estabelecimento de uma nova ordem moral na instituição.

#### 4. CONCLUSÕES

A análise dos documentos da CEIS-URGS e do IPM "Subversão no município de Pelotas" evidencia a profundidade com que a DSN penetrou nas estruturas sociais e acadêmicas durante a ditadura empresarial-militar. A utilização da figura do "inimigo interno" e a construção de uma “cultura do medo” possibilitaram a criação de um cenário de constante vigilância e perseguição, onde qualquer oposição ao regime, por menor que fosse, poderia ser considerada uma ameaça à segurança nacional.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: Reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. **Cadernos do NUPPOME**, ano 6, p. 06-35, fev. 2024.
- PADRÓS, Enrique Serra. **Associação Nacional de História -ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**. Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. 2007.

---

<sup>11</sup> Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup>A Campanha da Legalidade foi um movimento civil e militar ocorrido em 1961, com o objetivo de garantir a posse de João Goulart como Presidente do Brasil, contrariando o veto dos ministros das Forças Armadas à sua ascensão legal à presidência após a renúncia de Jânio Quadros. O movimento foi liderado por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul em colaboração com o comandante do III Exército, general José Machado Lopes. Politicamente, a Campanha resultou na adoção do parlamentarismo como novo sistema de governo até o ano de 1963.